

não será derrotado.

economia e que fatores externos não prejudicarão os resultados da política econômica.

Galvães: Brasil

O ministro da Fazenda garante que o governo tem o controle da

O governo não perdeu o controle da economia. Isto foi o que garantiu ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, que frisou: "O País não será derrotado pelos altos preços do petróleo, pelas taxas de juros ou pela incompreensão de alguns parceiros nossos no mercado internacional, principalmente os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia".

Ao lançar ontem no Rio a "cobrança verde-amarela", sistema especial de cobrança de liquidação de títulos e cheques, integrado por 24 bancos estaduais, Galvães convidou toda a sociedade a "trabalhar mais, poupar mais e exportar mais", dizendo que, "em outras situações passadas, igualmente difíceis, foi possível mobilizar as vontades nacionais para vencer a crise".

Salientou que "a conjuntura internacional nunca foi tão adversa. Caíram a demanda e os preços dos produtos primários de exportação, acontecimento que afetou praticamente todos os países em desenvolvimento, principalmente os mercados novos que o Brasil havia conquistado nos últimos anos". Por isto mesmo, tornou-se mais difícil a exportação de manufaturados, "já penalizada pela valorização artificial do dólar, pela desvalorização rápida das moedas européias e do ien, assim como pela crescente onda de protecionismo e restrições às importações que vem sendo liderada pelos EUA e pela Comunidade Econômica Européia".

Menos de três dígitos?

Em Santos, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luís Eulálio Vidigal, previu que a taxa inflacionária deste ano se situará entre 90 e 95%, sem contudo voltar a atingir os três dígitos. "É difícil fazer previsões — disse ele —, mas acredito firmemente que nos manteremos abaixo dos 100%."

Para Vidigal, a taxa de inflação do corrente mês ficará em torno de 6%, levando-se em conta tanto o nível de crescimento da atividade e oferta de empregos na área industrial, como o decidido apoio que o comércio e o setor financeiro em geral vêm dando ao "pacto antiinflacionário" por ele lançado. Ao impedirem os constantes reajustes nos preços ao consumidor, os supermercados, segundo Vidigal, muito contribuíram para a redução da taxa inflacionária.

Vidigal discorda dos que afirmam que a causa central da recessão de 81 foi o déficit global do setor público, ou seja, do chamado Estado-Empresário. "As estatais contribuíram muito pouco para isso. Basta verificar que o nível de desemprego no setor privado atingiu 10%, nada tendo sido registrado nas estatais."

"Isto seria um desastre"

No Rio, o diretor-executivo do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial (Ideg), João Correa do Lago Filho, advertiu ontem que o recurso ao tratamento de choque como forma de debelar a

inflação, no Brasil, "certamente acabaria por gerar uma tensão grande demais". Ao referir-se à palestra feita na véspera pelo ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, em que propunha a eliminação dos subsídios à agricultura para baixar rapidamente a taxa inflacionária, Correa do Lago disse concordar, "em tese", com a sugestão, mas ponderou:

"É preciso, antes, saber qual a mecânica proposta pelo ministro. Por outro lado, temos que considerar que toda medida econômica hoje, no País, tem necessariamente repercussão social séria. Se se fizesse, por exemplo, aqui, o que se fez no Chile, internacionalizando a economia, por exemplo, seria um desastre. A indústria brasileira é uma indústria importante, ao contrário do que ocorre no Chile, onde ela é incipiente. Repetir no Brasil a experiência chilena geraria, com certeza, uma repercussão social muito séria".

O diretor-executivo do Ideg, órgão vinculado à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, concordou em que é necessária a supressão dos subsídios à agricultura: "O problema aí é muito mais de preços do que de subsídios. Estes, no fim de tudo, são mais caros, porque o volume vai distribuir-se por toda a economia, inflacionando. Parece-me lógico o pensamento do ministro, neste ponto. Insisto, apenas, em que temos dúvidas sobre os efeitos de uma operação rápida. O subsídio, porém, é um fator inflacionário e, diminuí-lo, deve ser uma meta a se perseguir".

"Gasolina custa pouco"

O presidente do Conselho Nacional de Petróleo, general Oziel Almeida, que começou ontem um período de 10 dias de férias em Sergipe, disse que os preços da gasolina e do gás de cozinha no Brasil ainda são muito baixos e que a população suporta os constantes aumentos de preço, porque eles são menores que a inflação e a correção de salários.

Para o presidente do CNP, o gás de cozinha, por exemplo, deveria custar Cr\$ 2 mil o botijão e isso só não ocorre porque é subsidiado. Quanto à gasolina, levando-se em conta a sua justificativa, deveria custar um preço astronómico (algo em torno de Cr\$ 15 mil o litro). Esse preço ocorreria se os reajustes da gasolina, segundo ele, acompanhassem os aumentos do barril de petróleo que, desde 1973, até hoje foram da ordem de 27 mil %.

Explicou que, enquanto os preços do petróleo caíram em Cr\$ 360,00 de janeiro a julho, houve um aumento na taxa cambial de Cr\$ 2.100,00. A solução para o problema seria o aumento da produção de petróleo, ou então se se acabasse com a desvalorização do cruzeiro. "o que é impossível porque se não as exportações brasileiras vão acabar".

Sobre possíveis novos aumentos dos preços dos combustíveis, afirmou: "Só Deus e Delfim Neto sabem".